

MERCADOS



Bovespa registra queda de 1,15%, aos 121,23 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) perdeu a linha dos 121 mil na mínima da sessão de ontem, mas não no fechamento, em baixa de 1,15%, aos 121.234,14 pontos, devolvendo parte do ganho de 2,81%, de quarta-feira. Assim, na semana, o Índice Bovespa (Bovespa) ainda sustenta avanço de 2% e, no mês, de 0,79%. Entre a mínima e a máxima de ontem, oscilou dos 120.796,40 aos 122.659,70 pontos, saindo de abertura aos 122.649,42. O giro financeiro foi a R\$ 30,3 bilhões, ainda forte após o vencimento de opções, ontem, sobre o Ibovespa.

Enquanto, na quarta-feira, duas das 87 ações da carteira do índice fecharam em baixa, ontem apenas oito papéis conseguiram avançar na sessão, tendo Azul à frente, em alta de 3,63%, após a assinatura, anunciada na noite anterior, de memorando de entendimento para eventual fusão com a Gol. Destaque também para Embraer (+3,57%) e Bradespar (+1,37%), além de Cosan (+0,58%) que anunciou venda de 173 milhões de papéis da Vale (ON +0,13%), ao preço final de R\$ 52,29, na

maior venda em bloco (block trade) de ações já feita na B3.

Na ponta perdedora do Ibovespa, destaque ontem para ações de setores considerados cíclicos, como Magazine Luiza (-6,75%), Lojas Renner (-5,98%) e CVC (-5,62%), em dia de retomada do movimento de alta na curva de juros doméstica. BRF caiu 6,96%, com Marfrig (-6,35%), JBS (-4,03%) e Minerva (-2,62%) também em queda no fechamento.

Por sua vez, o desempenho negativo do petróleo em Londres e Nova York contribuiu para puxar para baixo as ações de Petrobras (ON -0,07%, PN -0,64%), com efeito para o Ibovespa pelo peso que possuem no índice, diz Inácio Alves, analista da Melver. Ele destaca, na agenda doméstica, leitura abaixo do limiar de 50, a 49,1, no Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), com o setor, no Brasil, voltando a mostrar pessimismo pela primeira vez em 20 meses.

No fechamento de ontem, os principais índices de ações em Nova York mostravam variação entre -0,16% (Dow Jones) e -0,89% (Nasdaq), contidos pelos comentários de Besent sobre tarifas comerciais.

REGULADORAS

Pedidos deferidos no Desenrola Agências somam R\$ 2,88 bilhões

RENAN MONTEIRO
E LAVÍNIA KAUCZ/AE

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou ontem, por meio de nota, que os pedidos de negociação de débitos em dívida ativa de empresas e pessoas físicas com agências reguladoras devem superar o valor de R\$ 4 bilhões.

O montante considera apenas os processos que ainda estão em análise. Até o momento, segundo a AGU, foram deferidos pedidos que garantem o ingresso de R\$ 2,88 bilhões nos cofres públicos. Desse total, R\$ 2,45 bilhões já foram arrecadados.

O "Desenrola Agências Reguladoras" foi criado em outubro de 2024, focado na quitação de dívidas não tributárias de empresas e pessoas físicas com agências reguladoras, fundações públicas e autarquias federais. A Advocacia diz que o programa "superou as expectativas".

Conforme o balanço apresentado, foram recebidos até o dia 31 de dezembro de 2024 um total de 2.493 pedidos de

negociação de débitos em dívida ativa, sendo 1.504 de pessoas físicas e 989 de pessoas jurídicas. Há, por exemplo, multas em decorrência de processos administrativos sancionadores.

Foram oferecidos descontos de até 70% e parcelamento em, no máximo, 145 meses para incentivar a quitação dos débitos. A AGU diz que estão na lista de "principais devedores", que aderiram ao programa, a Votorantim Cimentos S.A.; Samarco Mineração S.A.; Aeroporto Brasil - Viracopos S.A.; Gerdau S.A.; Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

No caso da Gerdau, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes homologou um acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que põe fim à disputa judicial sobre a condenação imposta pelo órgão antitruste à siderúrgica em 2005 por participação em cartel. Com a revisão do caso, a Gerdau pagou a multa com desconto de 65%, valor quitado no dia 30 de dezembro em R\$ 256 milhões.

REGULAMENTAÇÃO

Lula sanciona primeiro projeto da reforma tributária

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem o Projeto de Lei Complementar (PLC) 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. O texto, agora convertido em Lei Complementar 214, teve votação concluída pelo Congresso Nacional no fim do ano passado e marca um momento histórico na reestruturação do sistema de impostos do país, discutida há três décadas.

"Fazer o que nós fizemos num regime democrático, em um Congresso onde meu partido só tinha 70 deputados e 9 senadores. Fazer isso com imprensa livre, sindicato livre e com empresário podendo falar o que quiser, demonstra que a democracia é a melhor forma de governança que existe no planeta Terra", celebrou o presidente, em discurso na cerimônia de sanção, no Palácio do Planalto. Para o presidente, pela magnitude da reforma, que incluiu emenda constitucional, lei complementar e uma mudança que mexe nos interesses de todos os estados e municípios, só um regime autoritário teria condições de fazer, mas a democracia brasileira fez uma "proeza".

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que participou da cerimônia de sanção da nova lei, afirmou que a aprovação da reforma só foi possível pelo amplo engajamento de diversos setores da sociedade brasileira, do governo e do Congresso Nacional. Para o parlamentar, a reforma, embora não seja a ideal, combate a cumulatividade (cobrança de imposto sobre imposto), acaba com a guerra fiscal entre os estados e proporciona mais justiça tributária.

O texto de regulamentação da reforma trata das regras de incidência do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA Dual), que se subdivide em dois tributos básicos sobre o consumo: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), arrecadado em nível federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será arrecadado por estados e municípios. Esses novos impostos foram formulados em uma emenda cons-

Não há prazo para envio do projeto sobre Imposto Seletivo, diz Appy

O secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, disse nesta quinta-feira, que o envio do projeto de lei com as alíquotas do Imposto Seletivo "deve ocorrer nos próximos meses, mas não tem prazo ainda".

Appy disse que o governo estabelecerá as alíquotas de cada item que terá incidência do Imposto Seletivo por meio do projeto.

Questionado sobre o prazo para instalação do Comitê Gestor, Appy disse que é de quatro meses, mas que dependerá da eleição dos representantes dos municípios para compor o órgão.

"Como é um ponto crítico, a opção feita no Congresso, com nosso apoio, foi prever desde já a criação (do comitê gestor), temporariamente, em 2025, para que pudesse funcionar na opera-

cionalização", disse, ressaltando que as regras ainda virão no segundo projeto de regulamentação da tributária.

REFINARIA

Bernard Appy afirmou que a decisão de não vetar o dispositivo sobre a Refinaria da Amazônia (Ream), da distribuidora de combustíveis Atem, foi para evitar que o benefício ficasse mais amplo. De acordo com ele, a decisão foi técnica.

Esse foi um dos principais pontos que geraram entraves envolvendo o texto aprovado no Congresso. O trecho foi inserido no projeto por iniciativa do senador Eduardo Braga (MDB), que é do Estado.

titucional aprovada em dezembro de 2023, no que foi o primeiro grande passo da reforma.

Além disso, será instituído o Imposto Seletivo (IS), o chamado "imposto do pecado", que é uma sobretaxa aplicada sobre determinados produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. A nova legislação promove, gradualmente, a substituição de cinco tributos: PIS, Cofins, IOF-Seguros, IPI, ICMS e ISS. O processo de transição para o novo modelo, com o IVA Dual, começa em 2027 e vai até 2033.

IMPACTO

"É um processo lento, mas o efeito da reforma tributária sobre o crescimento do país é extremamente relevante. No prazo de 10 a 15 anos, estamos falando do aumento da renda maior que 10%, além do que cresceria o PIB [Produto Interno Bruto, soma de bens e serviços] de todos os brasileiros, por conta dessa reforma. E estamos falando de um sistema mais justo do que o atual, porque desoneraria mais os pobres e onera mais os ricos, ao contrário do que acontece hoje", destacou o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernardo Appy.

"Não vai ser perceptível a mudança amanhã ou depois de ama-

nhã, mas eu tenho certeza que esse será o maior legado na economia que o presidente Lula vai deixar", afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. As mudanças, segundo ele, farão o Brasil sair de um dos piores regimes tributários do planeta.

"O último relatório do Banco Mundial coloca o atual sistema tributário, que deixa de vigorar, entre os 10 piores do mundo, entre 190 países avaliados. Ficamos na posição 184. Só tem 6 países com um sistema tributário pior do que o brasileiro", observou Haddad.

NOVIDADES

Além da redução e simplificação de tributos, a regulamentação da reforma traz novidades como o *cashback* (devolução parcial de imposto para os mais pobres), impostos reduzidos para imóveis e cesta básica nacional isenta de imposto.

"O sistema *cashback* garantirá a devolução personalizada do tributo às famílias de baixa renda, inscritas no CadÚnico [Cadastro Único de Programas Sociais]. Portanto, com critério social claro e definido. Quem ganha até meio salário mínimo de renda per capita familiar estará apto a receber automaticamente o *cashback* desse imposto", exemplificou o

senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do PLC no Senado, citando que os mais pobres poderão reaver impostos sobre botijões de gás e serviços de energia elétrica e outros.

Na avaliação do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), um dos relatores do PLC na Câmara, essa reforma "é a mais importante para os setores econômicos desde o Plano Real, e que poderá trazer ganhos de competitividade e produtividade", além de ajudar a enfrentar o problema da desindustrialização do país.

A lei também cria regimes diferenciados, com redução de alíquotas do IBS e da CBS, a profissionais intelectuais, serviços de saúde e educação, produtos de higiene pessoal utilizados por pessoas de baixa renda, serviços e operações ligados à segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética, produtos agropecuários, florestais e extrativistas, além de produções artísticas e culturais.

De acordo com o ministro da Fazenda, o presidente Lula vetou alguns trechos do projeto de lei aprovado que não mexem com as "decisões de mérito" do Congresso Nacional. Esses vetos estão sendo detalhados em uma coletiva de imprensa com técnicos da pasta.

IPEA

Alimentos e bebidas geram maior impacto na inflação de dezembro

A inflação acelerou em dezembro para quase todas as faixas de renda, na comparação com novembro. A exceção foi para as famílias de alta renda, com recuo de 0,64% para 0,55% de um mês para o outro. Em contrapartida, a inflação das famílias de renda muito baixa avançou de 0,26% em novembro para 0,48% em dezembro. O impacto veio principalmente dos grupos alimentos e bebidas e transportes.

Os dados são do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, divulgado nesta quinta-feira pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

No acumulado de 2024, a faixa de renda baixa registrou a maior alta inflacionária, de 5%, ao passo que o segmento de renda alta a taxa foi menos elevada, de 4,4%.

Na comparação de 2024 com 2023, houve aceleração da inflação para as quatro primeiras faixas de renda e uma desaceleração para as faixas de renda média alta e alta.

Já na comparação de dezembro de 2024 com o mesmo mês de 2023, à exceção das faixas de renda média e média alta, todas as demais classes de renda registraram desaceleração.

O impacto da alta dos alimentos no domicílio foi proporcionalmente mais forte nas classes de rendas mais baixas, dado o maior percentual desse gasto no orçamento dessas famílias, enquanto a pressão exercida pelo grupo transportes foi mais intensa para o segmento de renda alta.

No caso dos alimentos, mesmo diante das deflações ainda

mais intensas dos cereais (-0,98%), dos tubérculos (-7,2%) e dos leites e derivados (-0,63%), os efeitos da forte alta das proteínas animais, como carnes (5,3%) e aves e ovos (2,2%), além dos reajustes do óleo de soja (5,1%) e do café (5%), explicam, em grande parte, o impacto desse grupo para os segmentos das classes de rendas mais baixas em dezembro.

Já em relação ao grupo transportes, além da alta dos combustíveis (0,7%), os reajustes nas tarifas de trem e de ônibus interestadual (3,8%) impactaram mais fortemente a inflação dos segmentos de renda mais baixa, enquanto os aumentos do transporte por aplicativo (20,7%) e das passagens aéreas (4,5%) pressionaram com mais intensidade a

inflação das famílias de maior poder aquisitivo.

Em contrapartida, a deflação apontada pelo grupo habitação, refletindo a queda das tarifas de energia elétrica (-3,2%), gerou um alívio inflacionário, em dezembro, para todas as classes.

De modo geral, as maiores pressões inflacionárias nos últimos 12 meses foram nos grupos alimentos e bebidas, saúde e cuidados pessoais e transportes. No caso dos alimentos no domicílio, embora a alta tenha se dado de forma bem disseminada, os fortes aumentos no período em itens importantes da cesta de consumo das famílias como arroz (8,2%), carnes (20,8%), aves e ovos (6,5%), óleo de soja (29,2%), leite (18,8%) e café (36,9%) são destaques.

Diário do
AcionistaAs publicações legais de sua empresa com
o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNAIS

ACESSE NOSSO SITE

BANCO CENTRAL

Atividade econômica cresce 0,1% em novembro de 2024

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A economia brasileira cresceu 0,1% no mês de novembro, na comparação com outubro, informou ontem o Banco Central (BC).

Os dados são do Índice de Atividade Econômica do BC

(IBC-Br) considerado uma espécie de prévia do Produto Interno Bruto (PIB). O índice subiu de 154 para 154,2 pontos no período, o maior nível da série histórica.

Segundo o BC, no ano o índice subiu 3,8% e, em 12 meses contados até novembro, o IBC-Br

apresentou crescimento de 3,6%.

No trimestre encerrado em novembro, o indicador cresceu 0,89%, na comparação com os três meses anteriores, considerando a série já com ajuste sazonal.

Na série sem ajuste, o IBC-Br teve expansão de 5,5% no tri-

mestre até novembro, frente ao mesmo período de 2023.

O IBC-Br acompanha mês a mês a atividade econômica. O indicador traz informações sobre atividade da indústria, agropecuária comércio e serviços, entre outros e antecipa possíveis pressões inflacionárias.

RELATÓRIO

Brasil deve crescer 2,2% em 2025, aponta Banco Mundial

A economia brasileira deve crescer 2,2% em 2025, estima o relatório Perspectivas Econômicas Globais do Banco Mundial, divulgado ontem. O organismo calcula ainda que o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) brasileiro deve fechar 2024 em 3,2%. Já para 2026, a estimativa é 2,3%.

Os países em desenvolvimento, grupo no qual consta o Brasil, devem enfrentar mais dificuldades de crescimento para se aproximar do nível de desenvolvimento das chamadas economias avançadas, avalia o Banco Mundial.

A economia global deve manter o nível de crescimento em 2,7% em 2025 e 2026, o mesmo ritmo de 2024.

Segundo o estudo, os países em desenvolvimento devem manter a mesma taxa de crescimento de 4% nos próximos 2

anos, mas o percentual seria "insuficiente para assegurar o progresso necessário para reduzir a pobreza e atingir os objetivos de desenvolvimento mais amplos".

Entre as causas, o Banco Mundial destaca que "as taxas de juros caíram na maior parte da região, mas permaneceram altas no Brasil e no México".

"A desaceleração da demanda da China pesou sobre as exportações, e o superávit comercial da Argentina cresceu devido à redução das importações", acrescenta.

A estimativa de crescimento de 2,2% da economia brasileira neste ano se equipara ao mesmo índice do Chile; está acima do México, com previsão de 1,5%, e bem abaixo ao da Argentina, que aparece com uma projeção de crescimento na ordem de 5%.

O dado mais positivo vai para

a pequena Guiana, com 12,3%, país que atravessa um boom econômico graças à exploração de campos de petróleo no seu território.

Em um contexto mais amplo, o relatório apresenta um panorama futuro positivo para a América Latina e os países caribenhos (ALC). "A medida que a Argentina se recuperar, as taxas de juros se normalizarem e a inflação diminuir, o ritmo de crescimento da ALC tenderá a se intensificar, chegando a 2,5% em 2025 e 2,6% em 2026. A expectativa é que os preços das commodities fortaleçam as exportações da ALC, embora o crescimento mais moderado da China possa limitar a demanda por commodities essenciais".

No caso específico do Brasil, o diagnóstico do Banco Mundial é que "o crescimento do Brasil desacelere para cerca de 2,2% em ambos os anos, refle-

tando as políticas monetárias restritivas e o limitado apoio fiscal no país".

O relatório do Banco Mundial mostra ainda que as economias das nações em desenvolvimento foram o motor do crescimento global em 60%. "Os próximos 25 anos serão mais difíceis para as economias em desenvolvimento que os últimos 25", prevê Indermit Gill, economista-chefe e vice-presidente sênior de Economia do Desenvolvimento do Grupo Banco Mundial.

"Em sua maioria, as forças que, no passado, promoveram a ascensão dessas economias dissiparam-se. Em seu lugar, surgiram situações adversas alarmantes: altos níveis de dívida, baixo crescimento do investimento e da produtividade e aumento dos custos relacionados às mudanças climáticas", completou o economista-chefe da entidade.

AÉREAS

Ministro diz que fusão Azul-Gol pode reduzir preços das passagens

JOSÉ CRUZ/ABRASIL



PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (foto), disse que a possibilidade de fusão entre duas das três grandes companhias aéreas que operam no Brasil – a Azul e a Gol – poderá ser positiva para o país, inclusive no sentido de evitar aumento de tarifas, já que resultariam na diminuição do número de assentos não ocupados das aeronaves.

A afirmação foi feita ontem, em Brasília, durante café da manhã com jornalistas, um dia após a Azul e a Abra (holding que controla a Gol) terem assinado memorando de entendimento visando a parceria que, consolidada, poderá resultar em uma empresa com participação superior a 60% do mercado nacional.

Costa Filho afirmou que, para se efetivar, a fusão precisará, ainda, da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). "Temos também a Anac e a imprensa fazendo papel de fiscalização. Acredito que o Cade não vai permitir movimento errado nesta fusão. Mas vamos aguardar", argumentou o mi-

nistro ao garantir que não serão permitidos, por estes órgãos, aumentos abusivos nos valores cobrados por passagens aéreas.

AUMENTO DE FLUXO

A expectativa do ministro é, portanto, a de aumento do fluxo de passageiros, sem risco de aumento de preços. "Ela (a fusão) pode ser positiva, evitando aumento da passagem porque, juntas, evitam voos saindo vazios", disse ele ao lembrar que, em 2024, a taxa de ocupação das aeronaves ficou em 84%. Ou seja, 16% dos assentos estavam sem passageiros.

"Eu comparo essa fusão ao que vemos nas federações partidárias. Elas estão juntas, mas possuem fundos partidários diferentes. Essa possível fusão vai fortalecer, mas preservando a autonomia financeira e a governança das empresas. É uma espécie de mão amiga. Cenário pior seria a quebra das empresas.

O olhar do governo será pela preservação dos empregos do setor e pelo fortalecimento da malha aérea do país", finalizou.

DIÁRIO OFICIAL

Publicada MP que proíbe cobrança diferenciada por transações com Pix

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O governo federal publicou, na edição desta quinta-feira, no *Diário Oficial da União*, medida provisória (MP) que proíbe a cobrança de tributos e valores adicionais em pagamentos e transações via Pix.

O texto classifica como prática abusiva a exigência, pelo fornecedor de produtos ou serviços, em estabelecimentos físicos ou virtuais, de preço superior, valor ou encargo adicional em razão da realização de pagamentos por meio de Pix à vista.

A prática, de acordo com a publicação, sujeita o infrator às penalidades previstas na legislação do direito do consumidor. "Fornecedores de produtos ou

serviços, em estabelecimentos físicos ou virtuais, deverão informar os consumidores, de forma clara e inequívoca, sobre a vedação de cobrança de preço superior, valor ou encargo adicional para pagamentos por meio de Pix à vista."

Ainda segundo o texto, o Ministério da Justiça e Segurança Pública vai disponibilizar um canal digital de orientação e recebimento de denúncias de ilícitos e crimes contra a relação de consumo.

"O pagamento realizado por meio de Pix à vista equipara-se ao pagamento em espécie. Não incide tributo, seja imposto, taxa ou contribuição, no uso do Pix". A medida provisória entra em vigor na data da publicação.

REVOGAÇÃO

Diante da onda de *fake news* (notícias falsas) em torno da modernização da fiscalização do Pix, a Receita Federal revogou na quarta-feira passada o ato normativo que estendia o monitoramento das transações aos bancos digitais, fintechs e instituições de pagamento.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, anunciaram a revogação da instrução normativa e a edição da medida provisória.

Segundo o governo, a MP reforça princípios garantidos pela Constituição nas transações por Pix, como o sigilo bancário e a não cobrança de impostos nas transferências pela modalidade,

além de garantir a gratuidade desse meio de pagamento para pessoas físicas.

"Essa revogação se dá por dois motivos: tirar isso que tristemente virou uma arma nas mãos desses criminosos e inescrupulosos. A segunda razão é não prejudicar a tramitação do ato que será anunciado [a medida provisória]", explicou Barreirinhas.

Com a edição da MP, nenhum comerciante pode cobrar preços diferentes entre pagamentos via Pix e em dinheiro, prática que começou a ser detectada nos últimos dias. Para Haddad, a medida provisória deve extinguir a onda de *fake news* em relação à taxa do Pix, que tomou conta das redes sociais desde o início do ano.

confirmação da operação, a pressão de baixa no papel da Vale tende a ser reduzido.

Já para a Cosan, o Goldman destaca que a venda tende a ser bem recebida pelo mercado, visto que a nova gestão da companhia já havia reconhecido que a venda de participação na Vale pode ajudar a holding a reduzir seu atual nível de endividamento para níveis mais adequados, especialmente ao considerar o atual ambiente macroeconômico desafiador.

As corretoras que mais compraram ações no leilão foram as do Itaú, com 31 milhões, a do próprio JP Morgan, que coordenou a venda e comprou 132 milhões, e a do Goldman Sachs comprou 7,9 milhões. O lote do JP foi vendido rapidamente, em cerca de 20 minutos, mas com parte das ordens ao preço de abertura do papel.

AÇÕES

Cosan levanta R\$ 9 bilhões com venda de participação na Vale

ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

A Cosan, do empresário Rubens Ometto, se desfez ontem, de sua participação de 4,05% na mineradora Vale. As 173,4 milhões de ações foram vendidas em leilão por um preço final de R\$ 52,29 - o preço inicial era R\$ 50,63. Com isso, o negócio totalizou R\$ 9,06 bilhões.

Em fato relevante, a Cosan informou que a decisão de vender os papéis "se baseou exclusivamente no objetivo de otimizar sua estrutura de capital".

O Citi avaliou que a venda das ações da Vale detidas pela Cosan reduz o endividamento do grupo

suocrooleiro de R\$ 23 bilhões para R\$ 14 bilhões, ou seja, até 40% da sua dívida líquida.

"Vemos a venda como positiva para a tese de investimento da Cosan, uma vez que a consequente desalavancagem deve ajudar a empresa a enfrentar o cenário desafiador de juros mais altos no Brasil", dizem os analistas do banco Gabriel Barra e Pedro Gama, em relatório.

O grupo Cosan havia entrado no capital da Vale em outubro de 2022. Na época, comprou 4,9% das ações da mineradora e se tornou um de seus principais acionistas.

A Cosan havia informado à

época que sua intenção era atingir uma fatia de 6,5% na Vale, mas que para isso precisaria do sinal verde por parte do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e o investimento total, nesse caso, chegaria a R\$ 23 bilhões, pelos números da época. Mas esse movimento não chegou a ser feito.

Em relatório, o banco Goldman Sachs avaliou que investidores já estavam focando na possibilidade de a Cosan vender sua participação na Vale, o que gerava um ponto de preocupação para a mineradora - que acumulou queda de 32% nos papéis nos últimos 12 meses. Contudo, com a

SEGURANÇA

Após prisão de PMs, próximo passo é descobrir mandante

LÍVIA MACHADO/AE

O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, disse nesta quinta-feira, que o próximo passo da Força-Tarefa das polícias é descobrir quem mandou matar o delator do PCC, Antonio Vinicius Lopes Gritzbach. Nesta manhã, operação da Corregedoria prende um policial militar apontado como autor dos disparos que mataram Gritzbach, além de 14 policiais que atuavam ilegalmente na escolta do delator. O secretário afirmou que as investigações são sigilosas e que as identidades não serão reveladas.

"A gente precisa agora juntar todas as peças desse quebra-cabeça, todas as informações, tudo que for coletado e extraído dos aparelhos celulares desses policiais que foram presos na data de hoje, dividir essas informações com a força-tarefa, para que aí a gente avance, que é o nosso objetivo, e a gente não vai parar enquanto não conseguir comprovar quem foi o mandante do crime. Ainda não se tem uma suspeita pré-definida", disse ele em coletiva de imprensa sobre a operação.

Gritzbach foi morto a tiros no Terminal 2 do Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo, no dia 8 de novembro do ano passado.

Segundo Derrite, o PM responsável pelos disparos ainda não foi ouvido. Ele espera que o depoimento dele também ajude a identificar o segundo atirador. "Ele ainda não falou, deve fazer isso na presença do seu advogado e a prisão dele é

muito importante para isso." O secretário disse confiar que novas provas serão encontradas nos celulares dos policiais presos na operação.

Ainda de acordo com a polícia, o atirador não teria relação com os policiais que atuavam na escolta ilegal do delator. A segurança dele era composta por 14 policiais militares de policiais militares, dentre eles, dois tenentes.

"Os (policiais) que estavam realmente na escolta foram presos. Só que nessa escolta ilegal, realizada por esses policiais militares, alguns estavam trabalhando naquele dia, outros trabalhavam em outras datas e não estavam naquele momento em serviço. Inclusive, tem dois tenentes que participavam, não diretamente na função como segurança, mas realizavam uma função administrativa desse grupo. E contra todos eles foi realizado mandos de busca e prisão".

A operação desta quinta teve início após uma denúncia anônima recebida em março de 2024, apontando possíveis vazamentos de informações sigilosas que favoreciam criminosos ligados à facção A investigação inicial, conduzida pela Corregedoria, evoluiu para um inquérito da Policial Militar instaurado em outubro de 2024.

Ainda de acordo com a corporação, entre os principais beneficiados pelo esquema estavam líderes e integrantes da facção criminosa PCC, alguns já falecidos, outros procurados, como Marcos Roberto de Almeida, conhecido como 'Tuta', e Silvio Luiz Ferreira, apelidado de 'cebola'.

PREFEITURA & 99

Serviço de mototáxi em SP vira disputa judicial

Agentes do Departamento de Transportes Públicos (DTP), da Prefeitura de São Paulo, apreenderam na quarta-feira passada, três motocicletas que realizavam o transporte de passageiros pelo aplicativo da 99 em ruas da capital paulista

Ao todo, mais de 10 mil viagens foram feitas no primeiro dia de operações da modalidade, conforme a empresa.

O serviço 99Moto é proibido por meio de um decreto emitido pela administração municipal desde 2023, mas está funcionando na cidade desde a última terça-feira. A gestão Ricardo Nunes (MDB) trata este tipo de transporte como clandestino e reforça a fiscalização para impedir as viagens irregulares.

Em nota, a 99 contesta e alega a legalidade de sua operação. A empresa afirma ainda que a atividade é respaldada pela legislação federal e acrescenta que vai apoiar os motociclistas parceiros e passageiros com os custos associados

às apreensões.

Nesta quarta, a Justiça reconheceu o direito do poder municipal de barrar o serviço da 99. Na decisão, o juiz Josué Vilela Pimentel, da 8ª Vara da Fazenda Pública, negou pedido de liminar feito pela empresa de mobilidade contra a ordem da Prefeitura de suspender o serviço de transporte. A plataforma diz que vai recorrer.

Em entrevista à *Rádiorádiorado*, o arquiteto e urbanista Diogo Lemos, coordenador-executivo da Iniciativa Bloomberg para Segurança Viária Global em São Paulo, disse que a modalidade, que inicialmente opera na periferia da cidade, "vem no vácuo" de problemas de mobilidade e infraestrutura nessas regiões e do aumento da tarifa de ônibus. Para o especialista, o serviço oferece transporte barato e rápido, mas ainda não é o ideal. Na avaliação de Lemos, seria necessário investir na capacitação dos condutores para garantir maior segurança aos usuários.

Nota

AGENTE PENITENCIÁRIO SEQUESTRADO ENQUANTO ESPERAVA CARRO DE APP É ACHADO MORTO

O policial penal (antigo agente penitenciário) Sergio Ferreira dos Santos, de 48 anos, foi encontrado morto na terça-feira passada, em um cemitério na comunidade Santa Rita, em Osasco, na Grande São Paulo. A vítima foi assassinada depois de ser sequestrada no final da tarde da segunda, 13, enquanto esperava por transporte de aplicativo para ir para o trabalho, informou o Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (Sifuspesp), em nota divulgada no site da entidade. Santos trabalhava no Centro de Detenção Provisória I "ASP Ederson Vieira de Jesus", de Osasco, e era servidor da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo desde 2002, na primeira turma de Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária. A Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP) informa que a perícia foi requisita para o local e que as diligências estão em andamento para esclarecer as circunstâncias do crime.

PCC

Escolta de delator tinha até tenentes atuando na logística

ÍTALO LO RE, LÍVIA MACHADO E RENATA OKUMURA/AE

A segurança pessoal do delator do PCC, Antonio Vinicius Lopes Gritzbach, morto em novembro de 24 no Aeroporto de Guarulhos, na Grande SP, era composta por 14 policiais militares que atuavam de forma ilícita para o empresário. Dentre eles, dois tenentes. Segundo o secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite (foto), todos foram presos na manhã desta quinta-feira, em operação da Corregedoria da PM.

"Os que estavam realmente na escolta foram presos. Só que nessa escolta ilegal, realizada por esses policiais militares, alguns estavam trabalhando naquele dia [do assassinato], outros trabalhavam em outras datas e não estavam naquele momento em serviço. Inclusive, tem dois tenentes que participavam, não diretamente na função como segurança, mas realizavam uma função administrativa desse grupo. E contra todos eles foi realizado mandados de busca e prisão".

De acordo com o Corregedor da PM, coronel Fabio Amaral, um dos oficiais era o chefe e gerenciava a segurança pessoal ilf-



PAULO PINTO/ABRASIL

cita do delator, outro favorecia alguns policiais, facilitando folgas e fazendo a intermediação de escalas. Os demais faziam a escolta.

A operação de ontem também prendeu um PM apontado como autor dos disparos que mataram Gritzbach. Segundo a polícia, ele não tinha envolvimento com os agentes que atuavam na escolta.

De acordo com Derrite, os policiais já eram investigados pela Corregedoria da PM em processo instaurado em abril de 2024, que apura o envolvimento de agentes das forças de segurança com o PCC.

Ainda segundo ele, o autor dos disparos já foi preso e está

sob a custódia de policiais da Corregedoria. A identidade dele não foi revelada, desta forma, a defesa não foi localizada. Também não há informações sobre os nomes dos outros envolvidos. A polícia disse ainda investigar quem seria o outro atirador e também o mandante do crime.

QUEM ERA O DELATOR

O empresário Antonio Vinicius Lopes Gritzbach estava no centro de uma das maiores investigações feitas até hoje sobre a lavagem de dinheiro do PCC em São Paulo, envolvendo os negócios da facção na região do Tatuapé, zona leste paulistana.

Sua trajetória está associada à chegada do dinheiro do tráfico

internacional de drogas ao PCC. Ele fechara acordo de delação premiada em abril. Em reação, a facção pôs um prêmio de R\$ 3 milhões pela sua cabeça.

Gritzbach era um jovem corretor de imóveis da construtora Porte Engenharia quando conheceu o grupo de traficantes de drogas de Anselmo Bechelli Santa Fausta, o Cara Preta. Foi a acusação de ter mandado matar Cara Preta, em 2021, que motivou a primeira sentença de morte contra ele, decretada pela facção.

Para a polícia, Gritzbach havia sido responsável por desfalque em Cara Preta de R\$ 100 milhões em criptomoedas e, quando se viu cobrado pelo traficante, decidira matá-lo. O empresário teria contratado Noé Alves Schaum para matar o traficante.

O crime aconteceu em 27 de dezembro de 2021. Além de Cara Preta, o atirador matou Antonio Corona Neto, o Sem Sangue, segurança do traficante. Conforme as investigações, Schaum foi capturado pelo PCC em janeiro de 2022, julgado pelo tribunal do crime e esartejado por um criminoso conhecido como Klaus Barbie, referência ao oficial nazista que atuou na França ocupada na 2ª Guerra, onde se tornou o Carniceiro de Lyon.

Polícia Civil de SP prende namorada de envolvido na morte de delator do PCC

CAMILA BOEHM/ABRASIL

A Polícia Civil de São Paulo prendeu, ontem, a namorada de Kauê do Amaral Coelho. O rapaz tem mandado de prisão expedido pela Justiça, mas está foragido. Ele foi o primeiro suspeito identificado, ainda em novembro do ano passado, por participação no homicídio de Vinicius Lopes Gritzbach, com tiros de fuzis, no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos.

O suspeito, que foi preso em

2022 por tráfico de drogas, segundo a Secretaria da Segurança Pública (SSP), circulou pelo saguão do aeroporto no dia do crime. De acordo com a investigação, assim que viu a vítima seguindo em direção ao desembarque, sinalizou aos atiradores que aguardavam na área externa em um carro.

Identificada como Jackeline Leite Moreira, a namorada do foragido foi conduzida ao Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa de São Paulo (DHPP) para prestar

esclarecimentos. A diretora do DHPP, delegada Ivalda Aleixo, espera que essa prisão ajude a encontrar Kauê. Ele teria se escondido em uma comunidade do Rio de Janeiro. Após operação recente das polícias dos dois estados, Aleixo aponta que Kauê já teria saído de lá.

De acordo com a delegada, mais um mandado de prisão, da Justiça paulista, deve ser cumprido nesta quinta-feira. Ela disse que há a possibilidade de alvodesse mandado ser o motorista

dos dois atiradores de Gritzbach. Ao todo, seis mandados de prisão foram expedidos dentro da investigação do DHPP, na Polícia Civil, até hoje.

Até o momento, três mandados foram cumpridos: além da namorada do foragido, dois homens que teriam ajudado Kauê na fuga. Os outros dois mandados não cumpridos correspondem à prisão de Kauê e de um homem que pode ser mandante do assassinato, segundo a diretora do DHPP.

Delator do PCC: polícia pede prisão de atirador e mais 2 suspeitos do crime

LÍVIA MACHADO, ÍTALO LO RE E GONÇALO JUNIOR/AE

A Polícia Civil de São Paulo pediu, na tarde desta quinta-feira, a prisão do cabo Denis Martins, de 40 anos, pelo homicídio de Antônio Vinicius Lopes Gritzbach, delator do Primeiro Comando da Capital (PCC), executado em novembro de 2024 no Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo. Ele é apontado como um dos autores dos disparos que mataram o empresário.

Conforme o *Estadão* apurou, também foi pedida a prisão de mais duas pessoas que auxiliaram Kauê Amaral Coelho, que atuou como olheiro no dia do crime, na fuga e seguem ajudando até agora.

Martins foi preso nesta manhã em uma operação da Corregedoria da PM. Além dele, 14 policiais que faziam parte da escolta do delator, apontada como ilegal pela Secretaria da Segurança Pública, também foram presos. Nem todos esses agentes, porém, estavam no dia do assassinato.

1. Erick Brian Galioni (soldado)
2. Jefferson Silva Marques (soldado)
3. Leandro Ortiz (cabo)
4. Giovanni de Oliveira Garcia (1º tenente)
5. Talles Rodrigues Ribeiro (sol-

6. Alef de Oliveira Moura (soldado)
7. Julio Cesar Scalett Barbini (cabo)
8. Abraão Pereira Santana (soldado)
9. Samuel Tillvitz da Luz (soldado)
10. Leonardo Cherry de Souza (cabo)
11. Adolfo Oliveira Chagas (soldado)
12. Wagner de Lima Compri Eicardi (cabo)
13. Romarks Cesar Ferreira de Lima (cabo)
14. Thiago Maschion Angelim da Silva (1º tenente)

Martins está sob a custódia da Corregedoria. A polícia disse ainda investigar quem é o segundo atirador, a possível relação de outro PM com o crime e o mandante - a suspeita é que seja do PCC.

O secretário da Segurança, Guilherme Derrite, afirmou que esses policiais já eram investigados pela Corregedoria da PM em processo instaurado em abril de 2024, que apura o envolvimento de agentes das forças de segurança com o PCC.

A investigação chegou ao policial militar apontado como atirador por meio de um trabalho de reconhecimento facial com base nas imagens do dia do ataque. Os 14 policiais da escolta já

estavam afastados desde a época do assassinato.

"Conseguimos identificar, qualificar e foi só o tempo de solicitar à Justiça a prisão daqueles que realizavam essa escolta, que era uma escolta ilegal, é um serviço para um criminoso, isso jamais pode ser admitido. É um serviço para um indivíduo que era réu em duplo homicídio e tinha participações com o crime organizado", disse Derrite.

No total, foram cumpridos 14 mandados de prisão preventiva, um de prisão temporária (contra o possível atirador) e outros 7 de busca e apreensão em endereços na capital e Grande São Paulo.

Na operação da Corregedoria, Denis Martins foi preso por participar de um crime preparatório. A prisão por homicídio precisava ser solicitada pelo DHPP, o que ocorreu nesta tarde.

"Ele (o suspeito de ser atirador) foi preso por um crime antecedente, um crime preparatório, que está previsto no código penal militar. Ele é suspeito do homicídio e a continuidade da investigação será feita pelo DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, que está à frente da investigação)", disse o corregedor da PM, coronel Fábio Amaral, durante coletiva de imprensa.

Questionado pelo *Estadão*, ele afirmou que esse crime ante-

cedente de associação criminosa com outros militares teria sido cometido no próprio dia da execução de Gritzbach, 8 de novembro. Interlocutores ouvidos pela reportagem disseram que essa foi uma forma de prender o suspeito sem extrapolar as competências da Corregedoria.

"Com a prisão de um dos atiradores, a investigação do homicídio e do mandante vai prosperar muito e muito rápido. Temos quebras (de sigilo telefônico) que nos levam a outras pessoas, que não são policiais militares. Quanto aos mandantes, temos duas linhas de investigação, ambas (de que o mandante seria membro) da facção", completou Ivalda Aleixo, diretora do DHPP.

Nas redes sociais, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse que desvios de conduta seriam severamente punidos e submetidos ao rigor da lei. A execução do delator no aeroporto - acompanhada de denúncias de elo de policiais com o PCC - foi uma das crises da gestão Tarcísio na área da segurança nos últimos meses.

O governo também tem sido pressionado pelo aumento do número de mortes pela PM. Entre os casos de repercussão, estão o assassinato de um estudante de Medicina em um hotel na zona sul da capital paulista e de um garoto de quatro anos em uma favela de Santos.

POSSÍVEL FUGA

Moraes nega devolver passaporte de Bolsonaro

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, negou o pedido do ex-presidente Jair Bolsonaro para viajar aos Estados Unidos para a posse do presidente eleito Donald Trump, na próxima segunda-feira.

Em decisão publicada ontem, Moraes afirmou que os comportamentos recentes do ex-presidente indicam a possibilidade de tentativa de fuga do Brasil, para evitar uma eventual punição.

Moraes citou falas de Bolsonaro e de seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, favoráveis à fuga de pessoas condenadas pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 para a Argentina. Discursos em redes sociais e declarações veiculadas na imprensa foram usados para embasar a decisão.

O ministro citou ainda uma entrevista concedida pelo ex-presidente ao jornal *Folha de S. Paulo*, em novembro do ano

passado, na qual ele "cogitou a possibilidade de evadir-se e solicitar asilo político para evitar eventual responsabilização penal no Brasil".

Na entrevista citada, Bolsonaro admite pedir refúgio em alguma embaixada para evitar prisão.

"O cenário que fundamentou a imposição de proibição de se ausentar do país, com entrega de passaportes, continua a indicar a possibilidade de tentativa de evasão do indiciado Jair Messias Bolsonaro, para se furtar à aplicação da lei penal, da mesma maneira como vem defendendo a fuga do país e o asilo no exterior para os diversos condenados com trânsito em julgado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em casos conexos à presente investigação e relacionados à tentativa de Golpe de Estado e de Abolição violenta do Estado Democrático de Direito", afirmou o ministro em sua decisão.

CONVITE

Na última semana, a defesa

de Bolsonaro solicitou que o STF autorizasse a devolução do passaporte, apreendido em fevereiro de 2024, para que ele pudesse viajar aos Estados Unidos entre os dias 17 e 22 de janeiro. O motivo seria acompanhar a posse de Donald Trump, em Washington. Moraes, então, pediu que o convite fosse apresentado, o que não ocorreu.

"Não houve, portanto, o cumprimento da decisão de 11/01/2025, pois não foi juntado aos autos nenhum documento probatório que demonstrasse a existência de convite realizado pelo Presidente eleito dos EUA ao requerente Jair Messias Bolsonaro, conforme alegado pela defesa", disse Moraes.

Segundo a defesa do ex-presidente, o convite havia sido formalizado em um e-mail enviado a Eduardo Bolsonaro. Mas o e-mail, segundo Moraes, se tratava de um "endereço não identificado" e sem qualquer horário ou programação do evento a ser realizado. Mesmo sem uma comprovação do convite oficial, o ministro analisou o pedido de

devolução do passaporte, negando-o.

PGR FOI CONTRA

O procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, já havia se manifestado na terça-feira passada, contrário ao pedido da defesa de Bolsonaro. Em parecer enviado ao Supremo, o chefe do Ministério Público Federal (MPF) sustenta que o ex-presidente não demonstrou a necessidade imprescindível nem o interesse público da viagem.

Bolsonaro teve o passaporte apreendido no âmbito da Operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal (PF), que investiga uma suposta organização criminosa suspeita de atuar para dar um golpe de Estado e abolir Estado Democrático de Direito no Brasil com o objetivo de obter vantagens de natureza política, mantendo o ex-presidente no poder.

Desde então, a defesa do político já tentou reaver o documento em ao menos duas ocasiões, mas teve os pedidos recusados pelo ministro Alexandre de Moraes.

MAIS GASTOS

Câmara cogita aumentar número de deputados para atender Supremo

LEVY TELES/AE

Integrantes da Câmara dos Deputados cogitam aumentar o número de deputados na Casa, reduzir a representatividade de Estados menos populosos ou até novo Censo para compensar a perda que bancadas teriam para se adequar a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de agosto de 2023. Naquele ano, o STF formou maioria para obrigar a Câmara a atualizar a proporcionalidade da representação no Legislativo de acordo com o Censo de 2022.

O Congresso tem até 30 de junho de 2025 para responder à exigência, data a partir da qual o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) terá autonomia para aplicar as mudanças. A última vez que isso tinha ocorrido foi em 1993. Atualmente, a Câmara tem 513 deputados. Há ideia de elevar esse número para 531.

O assunto é considerado prioritário especialmente para a bancada do Rio de Janeiro, que perderia quatro congressistas e para estados do Nordeste como Piauí, Paraíba e Bahia, que perderiam dois cada. A ação foi movida no STF pelo estado do Pará, em 2017. Essa bancada ganharia quatro novas cadeiras com a mudança.

As bancadas prejudicadas já iniciaram tratativas com Hugo Motta (Republicanos-PB), favorito para suceder Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara desde novembro. Os diálogos devem ser retomados já na retomada das atividades do Congresso em fevereiro, frente a urgência da discussão do tema no primeiro semestre deste ano. A Paraíba, Estado de Motta, aliás, também perderia duas cadeiras nesse ajuste.

Já há um projeto de lei em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara que visa fazer a adequação de acordo com a decisão do STF. O projeto estava para ser votado no final do ano passado, mas a pressão de deputados da bancada do Rio, em especial, adiou a votação.

Enquanto não há uma solução, bancadas estaduais procuram parlamentares de Estados que não vão perder cadeiras para aprovar o projeto. "O que vai desempatar esse negócio são os Estados que não perdem e nem ganham", diz Pedro Campos (PSB-PE).

"Vai ser um assunto muito polêmico para o primeiro semestre", diz Capitão Alberto Neto (PL-AM), relator do projeto de lei em tramitação na CCJ. O Estado dele, o Amazonas, ganharia duas cadeiras com a mudança - por isso, ele também es-

tá na corrida para conversar com as demais bancadas estaduais. "Estamos tentando conversar com os Estados neutros, e aí teria uma maioria."

Reservadamente, deputados acreditam que a hipótese do aumento de cadeiras é considerada ainda inviável, em razão do custo que teria que ser assumido frente à opinião pública. As conversas são iniciais e os parlamentares ainda pensam em arranjos que não produzissem mais custos para a manutenção da Casa.

A hipótese levantada pelos parlamentares é a de criar mais 18 cadeiras, para compensar as perdas e fazendo os ajustes dos Estados favorecidos pela proporcionalidade em relação ao novo Censo.

Uma mudança do tipo ainda exigiria uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que tem tramitação mais vagarosa e aprovação é mais complicada.

"Se a solução será o aumento eu não sei, eu defendo um novo Censo como recotagem populacional devido à defasagem do anterior", argumenta Dani Cunha (União-RJ).

Outros deputados optam por rever o número de deputados que Estados com menor população como Distrito Federal e Amapá têm. A Constituição prevê que cada Estado deverá ter o número de deputados proporcional a sua população, mas limitada pelo número mínimo de oito (caso como o do Distrito Federal e Amapá) e máximo de 70 (como ocorre em São Paulo).

São representados por oito deputados Acre, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins. Uma mudança do tipo poderia implicar em perda de cadeiras para Estados em que há maior sobre-representação proporcional à população.

Se o reajuste for feito de acordo com o Censo de 2022, todos esses Estados continuariam com os mesmos oito parlamentares, com exceção do Amazonas, que teria 10 cadeiras, e do Mato Grosso, que teria nove.

Já existe uma PEC sobre o tema no sistema da Câmara, de autoria de Kim Kataguiri (União-SP), que abaxaria o número mínimo de oito para seis.

O amapaense Josenildo (PDT-AP) acredita que a solução caminha para o projeto de lei já em tramitação. Uma coisa é fato: não podemos ter mais que 513 cadeiras. Para manter 513 cadeiras, alguém vai ter que perder, vai ter que ganhar, não tem jeito.

FAKE NEWS

Lula diz que governo não pode 'ter medo de enfrentar a mentira'

GABRIEL HIRABAHASI, FERNANDA TRISOTTO, SOFIA AGUIAR E CAIO SPECHOTO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o governo não pode "ter medo de enfrentar a mentira" e atacou o que chamou de "pessoas travestidas de políticos que na verdade tentaram dar um golpe nesse País em 8 de janeiro de 2023". Apesar de não citar nenhum nome, a alfinetada do presidente foi motivada pela onda de críticas nas redes sociais por uma norma da Receita Federal em relação ao Pix.

Lula usou, ainda, de uma retórica de medo sobre uma suposta volta do "fascismo" - que seria representada com a vitória de Jair Bolsonaro e seus aliados, pela sua lógica - para motivar o governo, a esquerda e todos do espectro democrático a combaterem a desinformação.

"Nós não temos que ter medo

de enfrentar a mentira. Não temos que ter nenhuma preocupação de enfrentar essas pessoas travestidas de político que na verdade tentaram dar um golpe nesse País em 8 de janeiro de 2023. Não temos de ter medo de enfrentar fake news e fazer o debate, a disputa, a cada dia, minuto e hora. Porque se a gente perde, o sistema democrático está correndo risco no mundo inteiro, a gente vai voltar ao que não queremos, ao fascismo, nazismo, violência e desrespeito aos direitos humanos, mulheres, negros e pobres do mundo inteiro", declarou.

A declaração se deu na cerimônia de sanção da regulamentação da reforma tributária. Lula elogiou o regime democrático, que, segundo ele, "é a melhor forma de governança que existe". Apesar disso, disse que, do ponto de vista de aprovação de medidas, a democracia impõe algu-

mas dificuldades.

"Num regime autoritário, que tem imprensa castrada, sindicalismo castrado, sociedade aprisionada pela censura, pode fazer qualquer coisa. Mas fazer o que fizemos em um regime democrático, em um Congresso em que meu partido só tinha 70 deputados e 9 senadores, com imprensa livre, sindicato livre e empresário podendo falar o que quiser. A democracia é a melhor forma de governança que existe", declarou.

PACHECO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu o governo ontem, das críticas nas redes sociais nos últimos dias. O comentário, feito em discurso na sanção da regulamentação da reforma tributária, foi dado em um momento em que o governo teve de recuar em uma norma da Receita Federal após críticas do deputado Nikolas Fer-

reira (PL-MG) e de integrantes da oposição viralizarem nas redes sociais.

"Enquanto alguns se ocupam de plantar desinformação, de plantar mentiras, de ter adesão a partir do discurso fácil de engajamento das redes sociais, há muitas pessoas neste País trabalhando para que este País resolva realmente seus problemas. Trabalhando, ouvindo pessoas, se dedicando, estudando, perdendo noites de sono, no âmbito do Congresso Nacional fazendo audiências públicas", disse Pacheco.

"Enquanto tem muitas pessoas fazendo discurso e tendo engajamento a partir da premissa falsa da desinformação e da inverdade, há pessoas trabalhando para que este País possa superar suas dificuldades", complementou.

Pacheco disse que "aqueles que trabalham vencerão aqueles que não trabalham e enganam a população brasileira".

AÇÃO CRIMINOSA

Governo de Rondônia proíbe venda de combustíveis em recipientes

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Em resposta aos vários atos criminosos registrados em Porto Velho, nos últimos dias, o governo de Rondônia decidiu proibir a venda de combustíveis em recipientes avulsos. A medida está detalhada no Decreto 29.954, de quarta-feira passada.

Assinado pelo governador em exercício, Sérgio Gonçalves da Silva, o texto veta a venda direta, a qualquer pessoa, de substâncias inflamáveis acondicionadas em recipientes como sacos e garrafas de plástico ou vidro, bem como em galões.

Caso não tenham como deixar de efetuar a venda, os postos de combustível deverão informar o fato à Polícia Civil imediatamente, sob pena de multa e de serem responsabilizados civil e criminalmente. Nesta situação, os funcionários do posto deverão exigir a apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do comprador, bem como o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo que será abas-

tecido. O funcionário do posto e deverá preencher formulário com os dados do comprador e encaminhá-lo ao órgão competente por e-mail.

O descumprimento das regras acarretará penalidades aos estabelecimentos infratores. O decreto é válido por 90 dias, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

OBJETIVO

Segundo o governo estadual, o objetivo da medida é dificultar o acesso de criminosos a materiais inflamáveis, usados nos atentados contra o transporte público e patrimônio particular. "Os ataques recentes mostraram que é preciso agir rápido, para impedir que criminosos tenham acesso facilitado aos materiais inflamáveis. A população pode colaborar denunciando qualquer tentativa de compra suspeita", afirma o secretário estadual da Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec), Felipe Bernardo Vital.

Cerca de 20 veículos, entre ônibus, carros particulares e ao

menos uma viatura da Polícia Militar (PM) foram incendiados nos últimos dias. Devido à falta de segurança, motoristas e cobradores de ônibus paralisaram o serviço de transporte coletivo nesta terça (14) e quarta-feira (15). Hoje, o transporte público voltou a operar parcialmente, com parte da frota e previsão de que os ônibus sejam recolhidos no início da noite.

REAÇÃO

Segundo autoridades locais, os ataques criminosos são uma reação à Operação Aliança Pela Vida, Moradia Segura, cuja primeira fase a PM deflagrou no fim de 2024. Concentrada "nos dois maiores conjuntos habitacionais do estado" - construídos pelo governo estadual com recursos federais e que, segundo a PM, foram dominados por organizações criminosas -, a operação já resultou na retomada de cerca de 70 apartamentos invadidos por bandidos que expulsaram os moradores, bem como na apreensão de drogas e armas.

"A facção [criminoso] obtém lucro não apenas com a venda de drogas, mas também com roubos e com venda e aluguel desses imóveis", afirma o comandante do 9º Batalhão, tenente-coronel Ewerson Pontes, em nota divulgada pela PM.

Na noite do último domingo (12), poucos dias após a PM deflagrar a primeira fase da operação, criminosos mataram a tiros o cabo Fábio Martins, do Batalhão de Polícia Ambiental. Já no dia seguinte, a corporação deflagrou a segunda fase da Operação Aliança Pela Vida, Moradia Segura, desta vez no conjunto habitacional Orgulho do Madeira.

Em nota, a própria PM reconheceu que mobilizou mais de 200 policiais em uma "resposta energética do Estado ao crime que vitimou o cabo Fábio Martins". Segundo a assessoria da corporação, cerca de 20 pessoas já foram presas nesta segunda fase da operação e ao menos dois suspeitos de integrarem facções criminosas foram mortos ao reagir à ação policial.

APREENSÃO

Braga Netto solicita devolução de eletrônicos

HENRIQUE SAMPAIO/AE

A defesa do general Walter Braga Netto solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF), na quarta-feira passada, a devolução de dispositivos eletrônicos do militar apreendidos pela Polícia Federal (PF) na investigação sobre uma tentativa de golpe de Estado.

Os itens incluem celular, computador e pendrives, recolhidos em quatro locais relacionados ao ex-ministro do governo de Jair Bolsonaro durante a Operação Tempus Veritatis, realizada em 8 de fevereiro de 2024.

Os advogados argumentam que os conteúdos dos aparelhos já foram extraídos e utilizados na elaboração do relatório final da investigação, que resultou no indiciamento de Braga Netto. Segundo a defesa, "a manutenção dos aparelhos

e mídias apreendidos não mais interessa ao processo, permitindo sua restituição".

Preso preventivamente desde 14 de dezembro de 2024, o general é acusado de articular ações golpistas e tentar acessar informações sigilosas da delação premiada de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL). De acordo com a Polícia Federal, há riscos de que o militar interfira nas investigações caso seja colocado em liberdade.

O general Walter Braga Netto é apontado pela PF como uma figura central no planejamento de um golpe para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O objetivo seria manter Jair Bolsonaro no poder após sua derrota nas eleições presidenciais de 2022. A defesa do militar nega a participação dele na organização do ato criminoso.

VIOLÊNCIA

Rio tem alta de 36% no total de tiroteios nos primeiros 15 dias do ano

Ao menos 135 tiroteios ocorreram na região metropolitana do Rio de Janeiro nos primeiros 15 dias de 2025. O número de registros representa aumento de 36% na comparação com a primeira quinzena de 2024, com 99 tiroteios, segundo levantamento do Instituto Fogo Cruzado.

O total de mortos e feridos também teve crescimento, com aumentos de 36% e de 106%, respectivamente. Dos 70 baleados em 2025, 35 morreram e 35 ficaram feridos. Em 2024, nos primeiros 15 dias do ano, dos 43 baleados no Grande Rio, 26 morreram e 17 ficaram feridos.

Dos 135 tiroteios da primeira quinzena do ano, 47 ocorreram durante ações ou operações policiais, deixando oito pessoas mortas e 24 feridas. Outros 15 registros ocorreram em meio a disputas entre grupos armados, resultando em

quatro pessoas mortas e três feridas.

VÍTIMAS

Entre os 70 baleados mapeados na primeira quinzena, três eram agentes de segurança, dos quais dois morreram e um ficou ferido. Houve ainda oito pessoas atingidas por balas perdidas: duas morreram e seis ficaram feridas.

A zona norte do Rio concentrou 43% dos tiroteios mapeados nesta primeira quinzena do ano. Dos 58 tiroteios ocorridos na zona norte, 15,5% deles (9) ocorreram em Vila Isabel, onde fica o Morro dos Macacos, que, desde o ano passado, tem sido palco de intensos confrontos entre grupos armados que disputam o controle territorial. O bairro encabeça a lista entre os mais afetados pela violência armada nestes primeiros 15 dias de 2025.

CHUVAS

RJ tem R\$ 8 bi para enfrentar temporais

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

O estado do Rio de Janeiro contará com investimentos de R\$ 8 bilhões para a prevenção, resposta e mitigação de desastres causados pelas tempestades de verão. A maior parte do valor será destinado a obras de infraestrutura e dragagens.

O detalhamento do plano de contingência foi feito pelo governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, na quarta-feira passada. O conjunto de medidas inclui obras, reforço de maquinário e equipes, além de treinamento e recursos de tecnologia.

As ações são compartilhadas em vários órgãos do governo, além de parcerias com prefeituras e, pela primeira vez, com concessionárias de abastecimento de gás, energia e água.

As secretarias estaduais de Infraestrutura e Obras Públicas e das Cidades investirão cerca de R\$ 4 bilhões em obras de micro e macro drenagem pluvial, contenção de encostas e reurbanização.

A Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade, que contará com cerca de R\$ 2,7 bilhões, planeja a limpeza de 800 rios em 88 municípios. Haverá ainda monitoramentos de alerta de cheias e hidrometeorológico, o estudo da água na atmosfera e a relação com a superfície terrestre.

SOCORRO

O Corpo de Bombeiros colocará em prática a Operação Pluvian, com reforço de 40% do efetivo para atendimento às ocorrências relacionadas às chuvas. Até abril, cerca de 1,5 mil agentes atuarão diariamente, incluindo 400 especializados em salvamento em desastres.

A Defesa Civil terá R\$ 1 bilhão para definir e executar ações de prevenção a desastres. Entre as medidas, está o treinamento e capacitação de bombeiros especialistas e agentes municipais de Defesa Civil. Também foram ad-

quiridos viaturas e cães de busca e resgate, além de realizados estudos hidrológicos e geológicos, essenciais para o mapeamento de riscos.

A cidade de Petrópolis, classificada pelo plano como uma das com maior risco de desastres do país, terá um posto avançado criado para facilitar a resposta aos desastres naturais na região.

"Estamos vivenciando um período em que os eventos climáticos extremos são cada vez mais frequentes e intensos. Nosso compromisso é proteger vidas, minimizar os riscos e garantir uma resposta rápida e eficiente às emergências", destacou Castro.

O plano de contingência prevê o Comitê Permanente de Chuvas, formado por secretarias estaduais e articulação com os municípios.

"O plano foi atualizado e ampliado, para darmos mais agilidade nas respostas. Dividimos as responsabilidades e criamos fluxo para a contingência, com níveis de atribuições", explicou o secretário do Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi.

TECNOLOGIA

O governo anunciou que o reforço em tecnologia terá dois drones com megafone para avisos sonoros, farol de busca com precisão de 900 metros, câmera térmica e capacidade de voo em condições adversas.

A população pode aderir ao serviço de alerta via telefone celular provido pelo Centro Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden-RJ). Haverá avisos relacionados a ondas de calor, rajadas de vento, secas e baixa umidade.

As mensagens de SMS são enviadas em tempo real para celulares cadastrados. Basta a pessoa digitar o CEP desejado e enviar para número 40199. De acordo com o governo, cerca de 1,6 milhão de pessoas se cadastraram no serviço em 2024.

GUERRA NO ORIENTE

Sem cessar-fogo, bombardeio israelense mata 72 em Gaza

Bombardeios israelenses na Faixa de Gaza mataram pelo menos 72 pessoas após o anúncio de um acordo de cessar-fogo entre Israel e o grupo Hamas na quarta-feira passada segundo o ministério da Saúde de Gaza. Em guerras anteriores, os dois lados só pararam com as operações militares nas horas finais antes da trégua começar, como uma forma de projetar força. Caso os detalhes finais da trégua sejam concretizados, o cessar-fogo deve ser iniciado no domingo passado.

O ministério da Saúde de Gaza afirmou que o número de mortos pode aumentar. "Ontem foi um dia sangrento e hoje está sendo ainda mais", apontou Zاهر al-Wahedi, diretor do departamento de registros da pasta.

O gabinete de Israel deveria votar se aprovava o cessar-fogo ontem, mas o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, ainda não convocou os ministros para a votação, alegando divergências de última hora com o Hamas. Izzat al-Rishq, um oficial do grupo terrorista, afirmou que o grupo estava comprometi-

do com o acordo.

ACORDO

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e outros líderes anunciaram na quarta-feira um acordo de trégua entre o grupo terrorista e Israel. Os negociadores continuam trabalhando nos detalhes finais do documento, incluindo listas de prisioneiros palestinos que seriam libertados em troca de reféns em Gaza.

Em Israel, alguns membros linha-dura do governo de Netanyahu se opuseram ao acordo. Mas a trégua deve ser aprovada sem o apoio dos dois partidos de extrema direita da coalizão.

Em uma declaração, o Hamas chamou o acordo de cessar-fogo de uma "conquista para o nosso povo" e elogiou a resiliência dos moradores de Gaza. Khalil al-Hayya, um líder sênior do Hamas, elogiou novamente os ataques liderados pelo grupo terrorista que levaram à guerra.

DETALHES

O pacto fechado na quarta-feira prevê que dezenas de re-

féns israelenses devem ser libertados, assim como centenas de prisioneiros palestinos e uma trégua nos combates.

O acordo de três fases - com base em uma estrutura estabelecida por Biden e endossada pelo Conselho de Segurança da ONU - deve começar com a libertação gradual de 33 reféns ao longo de um período de seis semanas, incluindo mulheres, crianças, idosos e civis feridos em troca de centenas de prisioneiros palestinos que estão nas prisões israelenses.

Entre os 33, estariam cinco soldados israelenses, cada uma das quais seria libertada em troca de 50 prisioneiros palestinos, incluindo 30 terroristas condenados que estão cumprindo penas perpétuas. Ao final da primeira fase, todos os reféns civis vivos ou mortos - terão sido libertados.

Durante esta primeira fase de 42 dias, as forças israelenses se retirariam dos centros populacionais de Gaza, os palestinos seriam autorizados a começar a retornar para suas casas no norte do enclave. Além disso, have-

ria um aumento na ajuda humanitária, com cerca de 600 caminhões entrando a cada dia no enclave.

Os detalhes da segunda fase ainda devem ser negociados durante a primeira fase. Esses detalhes continuam difíceis de resolver - e o acordo não inclui garantias por escrito de que o cessar-fogo continuará até que um acordo seja alcançado, sinalizando que Israel poderia retomar sua campanha militar após o término da primeira fase.

A guerra começou no dia 7 de outubro de 2023, quando terroristas do Hamas invadiram o sul de Israel, mataram 1,2 mil pessoas e sequestraram 250. Este foi o maior ataque terrorista da história de Israel e o maior contra judeus desde o Holocausto. Após o ataque, Israel iniciou uma operação na Faixa de Gaza, que contou com invasão terrestre e bombardeios aéreos e já deixou mais de 46 mil mortos no enclave palestino, segundo o ministério da Saúde de Gaza, que é controlado pelo Hamas e não diferencia civis de terroristas do grupo.

Israel acusa Hamas de violar pontos do acordo para trégua em Gaza

O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu disse nesta quinta-feira, que uma "crise de última hora" com o Hamas está impedindo a aprovação israelense do acordo aguardado para interromper os combates na Faixa de Gaza que irá libertar dezenas de reféns.

Netanyahu disse que seu ga-

binete não se reunirá para aprovar o acordo até que o Hamas recue, o acusando de renegar partes do acordo na tentativa de obter mais concessões.

Izzat al-Rashq, alto funcionário do Hamas, disse que o grupo "está comprometido com o acordo de cessar-fogo, que foi

anunciado pelos mediadores".

O presidente dos EUA, Joe Biden, e o principal mediador, Catar, anunciaram o acordo na quarta-feira, que visa libertar dezenas de reféns mantidos em Gaza e encerrar uma guerra de 15 meses que desestabilizou o Oriente Médio e gerou protestos

em todo o mundo

O gabinete de Netanyahu já havia acusado o Hamas de voltar atrás em um entendimento anterior que, segundo ele, daria a Israel o poder de veto sobre quais prisioneiros condenados por assassinato seriam libertados em troca de reféns.

EUA

Biden faz discurso de despedida citando ricos e riscos à democracia

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, fez um discurso de despedida na noite da quarta-feira, focado na defesa da democracia e no alerta à sociedade norte-americana sobre os perigos de poderes não controlados, mencionando uma "oligarquia" de ultra-ricos que está se enraizando no país e um "complexo tecnológico-industrial" que está infringindo os direitos dos norte-americanos e o futuro.

Biden, que deixará o cargo na segunda-feira, ao meio-dia, rotulou o círculo do presidente eleito Donald Trump como uma oligarquia, alertando sobre o acúmulo de poder e riqueza entre um pequeno grupo.

"Hoje, uma oligarquia está tomando forma na América de extrema riqueza, poder e influência que literalmente ameaça toda a nossa democracia, nossos direitos e liberdades básicas, e uma chance justa para todos progredirem", disse Biden, chamando a atenção para "uma perigosa concentração de poder nas mãos de algumas pessoas ultra-ricas. Consequências perigosas se seu abuso de poder não for controlado".

Invocando os avisos do presidente Dwight Eisenhower sobre o complexo militar-industrial quando ele deixou o cargo, ele acrescentou: "Estou igualmente preocupado com o potencial

surgimento de um complexo tecnológico-industrial que pode representar perigos reais para o nosso país também."

O democrata evitou focar-se em exaltar seu legado presidencial e, em vez disso, enraizou sua própria experiência na vida pública no contexto da democracia norte-americana.

Ele não está deixando a Casa Branca da maneira que esperava, depois de uma desistência na tentativa de reeleição e preocupações generalizadas nos Estados Unidos sobre seu estado de saúde para governar.

"Depois de 50 anos no centro de tudo isso, sei que acreditar na ideia da América significa res-

peitar as instituições que governam uma sociedade livre", disse ele, antes de citar algumas delas - incluindo a presidência, a imprensa e os tribunais - que Trump passou anos atacando. "Os americanos estão sendo soterrados por uma avalanche de desinformação", o que permite "o abuso de poder", afirmou.

Biden também pediu uma emenda constitucional para acabar com a imunidade de presidentes em exercício, depois que a Suprema Corte concedeu a Trump amplas proteções contra responsabilidade criminal no ano passado por seu papel na tentativa de minar sua derrota para Biden em 2020.

BANCO MUNDIAL

Economias em desenvolvimento têm pior perspectiva de crescimento desde 2000

PEDRO LIMA/AE

Em relatório divulgado ontem, o Banco Mundial alerta que as economias em desenvolvimento, responsáveis por 60% do crescimento global, enfrentam a perspectiva de crescimento mais fraca desde o início do século. "Os próximos 25 anos serão mais difíceis para as economias em desenvolvimento do que os últimos 25", afirma Indermit Gill, economista-chefe do Banco Mundial.

O Banco Mundial estima que nos próximos dois anos, a economia global avance 2,7% ao ano, o mesmo ritmo de 2024. As economias em desenvolvimento também devem manter o ritmo de crescimento estável em 4% nos próximos dois anos, o que, segundo o Banco Mundial, "seria um desempenho mais fraco do que antes da pandemia e insuficiente para promover o progresso necessário para aliviar a pobreza e atingir objetivos de desenvolvimento mais

amplos".

Essas economias representam atualmente 45% do PIB global, contra 25% em 2000, e sua interdependência aumentou, com mais de 40% das exportações indo para outras economias em desenvolvimento. Entretanto, a instituição menciona que o bem-estar dessas regiões continua atrelado ao crescimento das economias avançadas, como EUA e China.

Para contornar o impasse, o Banco Mundial sugere refor-

mas internas, incentivo ao investimento privado e modernização da infraestrutura para melhorar as perspectivas de crescimento. "Em um mundo moldado pela incerteza política e tensões comerciais, as economias em desenvolvimento precisarão de políticas ousadas e de longo alcance para aproveitar as oportunidades não exploradas de cooperação transfronteiriça", disse M. Ayhan Kose, economista-chefe adjunto do Banco Mundial.

Nota

IMAGEM PEREGRINA DE SÃO SEBASTIÃO VISITA A SEDE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA

A imagem peregrina de São Sebastião visitou o Centro Administrativo São Sebastião, na Cidade Nova. O prefeito do Rio, Eduardo Paes, recebeu o padroeiro da cidade das mãos do cardeal e arcebispo do Rio, Dom Orani Tempesta. Em seguida, foi realizada uma cerimônia que integra a programação da Trezena, tradicional celebração que antecede as comemorações de 20 de janeiro. "São Sebastião representa muito para a nossa cidade, para o espírito que os cariocas têm: a luta, o espírito guerreiro, a disposição e a resiliência para enfrentar as dificuldades", declarou o prefeito Eduardo Paes, acompanhado do vice-prefeito Eduardo Cavaliere e de secretários.